



## ACORDO DE COLABORAÇÃO

*ENTRE MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA E TUNA MUSICAL DE SANTA MARINHA*  
*= APOIO À REALIZAÇÃO DA VI EDIÇÃO DO FESTIVAL DE TEATRO JOSÉ GUIMARÃES =*

Considerando que:

A Direção da Tuna Musical de Santa Marinha realiza, anualmente, o Festival de Teatro José Guimarães evocando, uma das figuras mais marcantes da história da coletividade e um dos mais criativos e produtivos autores da música ligeira portuguesa e do teatro musicado;

Para além do teatro, o certame apresenta um conjunto de atividades paralelas, destacando-se a poesia, a música e as canções;

O Município de Vila Nova de Gaia, nos termos do n.º 1 e da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tem por atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, no domínio do património e cultura;

Neste âmbito, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza cultural de interesse para o Município (cfr. alíneas u) do n.º 1 do artigo 33.º do sobredito regime jurídico);

Por isso e face ao indiscutível interesse na realização do Festival de Teatro, justifica-se o apoio financeiro municipal.

Entre:

**MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA**, pessoa coletiva n.º 505 335 018, com sede na Rua Álvares Cabral, Vila Nova de Gaia, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues, com poderes para este ato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por **Município** ou primeiro outorgante; e



**TUNA MUSICAL DE SANTA MARINHA**, pessoa coletiva n.º 501 717 803, com sede na Rua Cândido dos Reis, n.º 186/188, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, representada por Filipe Manuel de Oliveira Santos, na qualidade de Presidente da Direção, com poderes para o ato, doravante designada por **Tuna** ou segunda outorgante.

Em conjunto, designados por Partes.

É celebrado, ao abrigo da alínea u) do n.º1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o presente Acordo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **(OBJETO)**

O presente Acordo tem por objeto a regulação do apoio financeiro a atribuir à segunda outorgante, destinado a apoiar a realização da VI Edição do Festival de Teatro José Guimarães, assim como os moldes em que é efetuada a respetiva comparticipação.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **(COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA)**

O primeiro outorgante atribui à segunda outorgante uma comparticipação financeira no montante total de 4.000,00 € (quatro mil euros), a ser paga até 30 dias após a outorga do presente Acordo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### **(OBRIGAÇÕES DA SEGUNDA OUTORGANTE)**

Para a prossecução do objeto do presente Acordo, a Tuna obriga-se a:

- a) Dinamizar a organização, promoção e desenvolvimento da VI Edição do Festival de Teatro José Guimarães a realizar entre setembro e dezembro de 2024;
- b) Aceitar o acompanhamento e controlo de execução do presente acordo, por parte do Município, facultando-lhe para o efeito, quando tal lhe seja solicitado, todos os esclarecimentos;
- c) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente acordo;
- d) Remeter ao Município, até ao dia 31 de janeiro de 2025, um relatório circunstanciado e documentado do mesmo, e ao seu impacto social junto da comunidade local;



9  
\$

- e) Publicitar o apoio concedido pelo Município, fazendo referência ao mesmo através da menção expressa "Com o apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia" e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do evento, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação.

#### **CLÁUSULA QUARTA**

##### **(COLABORAÇÃO ENTRE AS PARTES)**

As partes comprometem-se a assegurar uma estreita colaboração com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste acordo e, em especial, a assegurar princípios de boa gestão financeira.

#### **CLÁUSULA QUINTA**

##### **(ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE EXECUÇÃO DO ACORDO)**

O Município de Vila Nova de Gaia, através do Gabinete de Apoio do Senhor Vereador Dr. Elísio Pinto, promove o acompanhamento, controlo e verificação da concretização do objeto do presente Acordo, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

##### **(REVISÃO DO ACORDO)**

1. Os termos do presente Acordo podem ser revistos por reformulação das competências da Administração Local previstos na legislação em vigor na matéria ou por iniciativa de uma das partes contraentes mediante acordo escrito entre as partes.
2. Quaisquer alterações, aditamentos ou exclusões ao mencionado no presente Acordo são efetuadas por escrito, por adenda, passando a fazer parte integrante deste, subscrita por ambas as partes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **(COMUNICAÇÕES)**

No âmbito de execução do presente Acordo, as informações e comunicações entre as partes são realizadas por correio eletrónico considerando-se a comunicação realizada na data da sua receção.



#### **CLÁUSULA OITAVA**

##### **(INCUMPRIMENTO, RESOLUÇÃO E SANÇÃO)**

1. O incumprimento pela Segunda Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Acordo, nomeadamente a obrigação prevista na alínea d) da Cláusula Terceira, constitui motivo para a resolução imediata do mesmo com a consequente devolução dos valores concedidos e constitui, também, impedimento para a apresentação de novo pedido de apoio por um período a estabelecer pelo Órgão Executivo.
2. A resolução é notificada por escrito, à Segunda Outorgante, e produz efeitos a partir da data da sua receção.

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **(PRODUÇÃO DE EFEITOS E VIGÊNCIA)**

O presente Acordo produz efeitos a partir da data da sua assinatura, sendo válido até 31 de janeiro de 2025, data da entrega do relatório com explicação dos resultados alcançados, referido na cláusula terceira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

##### **(LEI APLICÁVEL)**

1. Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, o presente Acordo fica excluído da aplicação da Parte II do mesmo diploma legal, nos termos da alínea c), do seu n.º 4 do artigo 5º.
2. Tudo o que não esteja especialmente previsto no presente acordo, aplicam-se subsidiariamente, as disposições do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Públicos em vigor.

Assim o disseram e outorgaram em dois exemplares de igual conteúdo e valor, ficando um em poder de cada um dos outorgantes.

Vila Nova de Gaia, 05 de agosto de 2024

O Presidente da Câmara,

Prof. Doutor Eduardo Vítor Rodrigues

O Presidente da Tuna Musical,

Filipe Manuel de Oliveira Santos

- Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia de 29 de julho de 2024;
- Compromisso n° 2024/4533 / RED n° 5029/2024;
- Nesta data verificou-se a regularidade da situação contributiva e tributária da entidade.